

Conselho Regulador

INFORME N.º 01/CR - ARC/2020

DE JANEIRO DE 2020

Cidade da Praia, 4 de fevereiro de 2020

I – Enquadramento

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do Artigo 68.º dos Estatutos da ARC, aprovados como anexo à Lei n.º 8/VIII/2011, de 29 de dezembro, o Conselho Regulador da ARC, reunido na sua sessão ordinária de 4 de fevereiro de 2020, aprovou o presente informe, que contém o resumo das suas principais atividades e deliberações referentes ao mês de janeiro, documento que se submete à consideração da Assembleia Nacional.

II – Atividades do mês

- No dia 14 de janeiro os técnicos e membros do Conselho Regulador da ARC, reunidos na sede desta Autoridade Reguladora, debateram as opções e regras a prevalecer na utilização do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa nesta instituição.
- No dia 18 de janeiro, a Vice-Presidente do Conselho Regulador, Dra. Maria Augusta Évora Tavares Teixeira, e a Analista de Conteúdos de Media, Dra. Dilma Cardoso, participaram, em representação da ARC, num encontro de trabalho com a coordenação pedagógica dos professores de língua portuguesa do Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos, na Praia, com quem se discutiu a materialização do projeto de literacia mediática. Como resultado prático do encontro, ficou acordada a elaboração de um calendário conjunto de ações de literacia mediática, em função das datas de efemérides ligadas à comunicação social.
- No dia 21 de janeiro, realizou-se, na cidade da Praia, a cerimónia de abertura e início das aulas da 1.ª Edição Internacional do Curso de Regulação e Deontologia de Média, ministrado pelo ISCTE de Portugal, iniciativa organizada pela Direcção Geral da Comunicação Social e cofinanciada pela ARC e pela UNESCO. Ao todo foram onze os participantes da ARC, dentre técnicos e membros do Conselho Regulador.
- No dia 24 de janeiro, a ARC recebeu, em visita de cortesia, os membros das delegações do Conselho Superior de Imprensa da República Democrática de São Tomé e Príncipe (CSI STP) e da Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana (ERCA), delegações que se encontram em Cabo Verde no

âmbito da realização do Curso de Especialização em Regulação e Deontologia dos Média.

- A Presidente do Conselho Regulador, Dra. Arminda Barros, participou, nos dias 30 e 31 de janeiro, numa conferência internacional, que decorreu no Reino de Marrocos, tendo como tema "Media Regulation in a Digital, Mobile and Social Environment: Adaptation Imperatives and Refoundation Stakes".

III - Deliberações do Conselho Regulador

Durante o mês de janeiro, o Conselho Regulador reuniu-se por 3 vezes, sendo duas em sessões ordinárias (nos dias 7 e e 22) e uma em sessão extraordinária (no dia 2), tendo adotado as deliberações que a seguir e resumidamente se indica:

Deliberações da reunião extraordinária de 2 de janeiro

- Que aprova o Informe relativo ao mês de dezembro de 2019, enviado à Assembleia Nacional, nos termos do disposto no n.º 1 do Artigo 68.º da Lei n.º 8/VIII/2011, de 29 de dezembro.
- Que admite a queixa apresentada pela Câmara Municipal da Praia contra o Jornal online A Semana, por publicação de uma notícia alegadamente falsa sobre pretensa fixação, por parte daquele órgão da autarquia da capital, de uma taxa para entrada no Cemitério da Várzea.

Deliberações da reunião ordinária de 7 de janeiro

- Que admite o pedido de parecer, submetido pela Gestora Executiva da Agência Cabo-Verdiana de Notícias INFORPRESS, sobre a nomeação definitiva da atual Diretora Interina de Informação.
- Que harmoniza o vencimento dos técnicos de nível superior que prestam serviços na ARC.
- Que aprova o orçamento da ARC para o ano económico de 2020, fixando o limite para a realização das despesas em harmonia com o estabelecido no Orçamento Privativo da Assembleia Nacional, aprovado

pela Resolução n.º 145/IX/2019, publicado no Boletim Oficial n.º 130, I Série, de 31 de dezembro.

Deliberações da reunião ordinária de 22 de janeiro

- Que ratifica o Despacho n.º 1/PCR-ARC/2020, de 10 de janeiro, da Presidente do Conselho Regulador, que admitiu o recurso apresentado pelo Movimento Para a Democracia (MPD) contra a Inforpress Agência Cabo-Verdiana de Notícias, por alegada denegação do exercício do direito de resposta.
- Que não admite a queixa apresentada em nome da Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago, contra o jornal online Santiago Magazine, por irregularidade processual, entretanto não sanada pela queixosa, apesar da notificação para o efeito.
- Que manda arquivar o processo de contraordenação contra a SaLSs.
- Que determina a retirada, no prazo máximo de cinco dias úteis, dos outdoors com a publicidade da cerveja super bock zero álcool, notifica a empresa Espaços Cabo Verde para o efeito e adverte-lhe para a obrigação que sobre si impende de, perante todas as peças publicitárias que pretenda divulgar, verificar se a empresa responsável pela sua produção está registado na ARC.
- Que declara a suspensão, com vista à recolha de informações complementares, da contagem do prazo para emissão do parecer sobre a nomeação em definitivo da interina Diretora de Informação da agência de notícias Inforpress.

Cidade da Praia, 4 de fevereiro de 2020

A Presidente do Conselho Regulador

Arminda Pereira de Barros